ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO – DATRI
ASSUNTO: Dispensa de IPVA

O interessado, acima qualificado, requer desta SEFAZ a dispensa do pagamento do IPVA relativo ao exercício de 1999, do veículo de sua propriedade, placa (...), alegando que o mesmo ficou paralisado por um ano na concessionária (...), por falta de peças, para conserto.

O processo foi encaminhado à Gerencia do IPVA para exame e parecer, que se manifestou sobre o mesmo nos seguintes termos:

“Em resposta a solicitação de parecer prévio acerca do pedido de dispensa do pagamento do IPVA, objeto deste processo, após análise dos dispositivos legais acerca do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores contidos na Lei 4.548/92, das condições do proprietário e do cadastro do veículo no DETRAN-PI, pôde-se chegar as seguintes conclusões:

1. Não foi encontrado, salvo na hipótese do item 3 abaixo descrito, nenhum dispositivo legal que autorize a dispensa do pagamento do IPVA, vez que a Lei 4.548/92 em seu artigo 5º, que trata das hipóteses de isenção do imposto, em nenhum momento menciona alguma situação que interpretada literalmente possa vir a excluir do campo de incidência a propriedade do veículo automotor objeto deste processo.
2. Um outro motivo, que vem a contribuir para a denegação do pleito, é o fato de no cadastro do DETRAN-PI o veículo não se encontrar baixado como sucata.
3. O único dispositivo legal que poderia, neste caso, beneficiar o contribuinte é o § 4º do artigo 11 da Lei 4.548/92, que traz em seu bojo a hipótese de se cobrar o imposto por duodécimo ou fração, considerando a data do evento, quando ocorrer perda total do veículo, por sinistro, roubo, furto ou outro motivo que descaracterize sua propriedade. No entanto, até a presente data o veículo não foi baixado no cadastro do DETRAN-PI, ademais não existe nos autos nenhum parecer que prove a impossibilidade de ser recuperado o veículo.

Portanto, entendemos que não se pode, diante das citadas circunstâncias, reconhecer o direito à dispensa do pagamento do IPVA solicitada pelo contribuinte.”

Face ao exposto, opinamos pelo indeferimento do pleito.

É o parecer. À apreciação superior.

ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO - DATRI, em Teresina, 31 de janeiro de 2001.

VITALINO RANULFO BEZERRA
Assessor/DATRI

De acordo com o parecer.
Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Fazenda, para despacho final.

SÉRGIO CARLOS RIO LIMA
Diretor/DATRI

Aprovo o parecer.
Cientifique-se ao interessado.
Em: ____/____/_____.

ANTÔNIO FRANCISCO LAGES GONÇALVES
Secretário da Fazenda

Recebi o original.
Em: ____/____/_____

Titular / Responsável Legal.